

«O Algarve deve ter ainda um certo numero de estações d'essa idade [do Ferro], como o deixam presumir os vestígios esparsos que colligi, mas não me deram tempo sufficiente para as descobrir»

Estácio da Veiga, 1891: p. 261

0. Nota prévia

À semelhança do que sucedeu em relação a todos os outros momentos da ocupação antiga do Algarve, foi também Estácio da Veiga que identificou, na região mais meridional do território português, as primeiras evidências da Idade do Ferro.

Contudo, e agora ao contrário do que sucedeu para outros períodos, essas evidências foram localizadas em apenas dois sítios, ainda que o arqueólogo algarvio tenha atribuído esta escassa presença à insuficiência dos meios de que dispôs, acreditando que «...se houver nas altas regiões da governação publica quem por estas cousas se interesse, não será difficil achá-las» (Veiga, 1891: 261).

Por outro lado, os dois sítios são necrópoles, Fonte Velha de Bensafrim (Lagos) e Cômoros da Portela (S. Bartolomeu de Messines), e em ambos foram recolhidas lápides epigrafadas, tendo Estácio da Veiga dado, a estas últimas, uma muito especial atenção. Mas quer as necrópoles, quer a escrita foram abordadas em comunicações específicas neste congresso por outros autores, Pedro Barros e Rui Parreira e Amílcar Guerra, respectivamente.

Assim, neste trabalho apresentam-se os dados referentes à Idade do Ferro do Algarve, mas exclusivamente os que remetem para o mundo dos vivos. Os sítios de habitat são discutidos em função da sua localização geográfica e implantação topográfica, da matriz cultural dos seus espólios, arquitecturas e técnicas

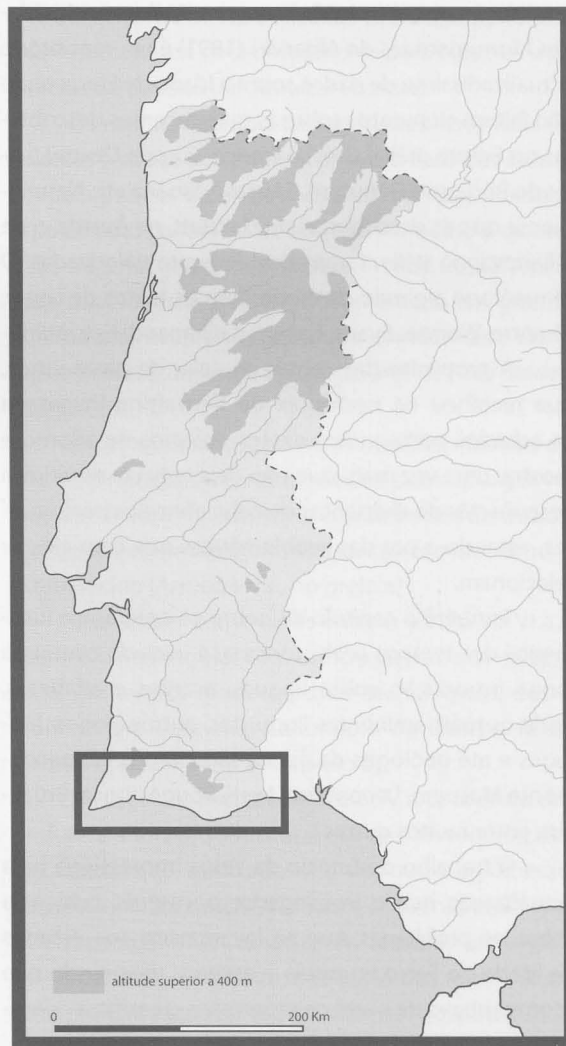


Fig. 1 - O Algarve no território actualmente português (base cartográfica de Victor S. Gonçalves, 1989).

construtivas, bem como da sua cronologia. Com base nos dados actualmente disponíveis, ensaia-se uma interpretação para o significado da ocupação sidérica algarvia, que tem também em consideração as realidades do Mediterrâneo antigo, de que o Algarve, nas palavras de Orlando Ribeiro, pode ser considerado uma caixa de ressonância.

Mas parece importante ainda dizer que a preocupação de Estácio da Veiga em integrar num contexto mais vasto (europeu e mesmo mundial) a realidade portuguesa sobre a qual se debruçou é de realçar. A

introdução ao capítulo VI do volume IV das «Antiguidades Monumentaes do Algarve» (1891) é um repositório atualizadíssimo de dados sobre a Idade do Ferro, onde não faltam elementos sobre as mais recentes descobertas no Egipto, Itália, Grécia, França, Europa Central (vales do Ródano e Danúbio), Cáucaso, Sibéria etc. Naturalmente que as descobertas de Hallstatt, na Áustria, e de Villanova, na Itália, foram devidamente valorizadas. O arqueólogo algarvio conhecia bem os textos de Leger, Chantre, Worsae, Evans, Bayern, Callamand, Gozzadini.

A propósito das contas de colar de pasta vítrea, que recolheu na necrópole de Bensafrim, inventaria os achados portugueses destes objectos de adorno e mostra, uma vez mais, que não desconhecia as últimas descobertas de elementos de colar afins dos portugueses, estando a par das problemáticas que com eles se relacionam.

Também o capítulo VII, sobre «A epigraphia luso-iberica dos tempos prehistoricos», é iniciado com uma longa introdução sobre línguas, escritas e alfabetos, onde os mais eminentes linguistas, antropólogos, biólogos e até geólogos da época são citados, nomeadamente Maspero, Lenormant, Lyell, Rougé, Broca, Bruze-lus, entre muitos outros.

O trabalho de Estácio da Veiga impressiona pela actualização que o investigador português evidencia sobre os problemas que se levantavam aos estudos da Idade do Ferro europeia e asiática, mostrando que acompanhava de perto os progressos científicos ocorridos no domínio da Pré e Proto-história mundiais.

Um outro aspecto importante que deve realçar-se na obra de Estácio da Veiga a propósito da Idade do Ferro, e que o inscreve no ambiente científico-cultural da época, é o corte radical com a procura de respostas para os problemas científicos quer no Antigo Testamento, quer na mitologia greco-latina. O século XIX português acompanhava de muito perto o ambiente cultural nascido em França e em Inglaterra nos finais do século XVIII, no qual os textos bíblicos não serviam já de base para qualquer análise da Pré e Proto-história. Assim, não é de estranhar que recuse ver o «...o filho de Lamech e de Silla a forjar espadas de ferro e outros instrumentos cortantes, quasi 3:000 annos antes de Christo.» (*ibidem*: p. 240). Tão pouco aceita a atribuição a Vulcano

da invenção da forja, como o teriam sugerido Homero e Hesíodo (*ibidem*).

1. Introdução

Pode dizer-se que foi nos inícios dos anos 80 do século passado que a arqueologia sidérica algarvia foi relançada. As escavações arqueológicas no Castelo de Castro Marim, no Sotavento, e no Cerro da Rocha Branca (Silves), no Barlavento, recolocaram na agenda científica uma realidade que estava praticamente adormecida desde os trabalhos que Estácio da Veiga, primeiro, e Santos Rocha, depois, levaram a efeito em algumas necrópoles do Barrocal, no século XIX e inícios do XX.

Desde então, mas já na década de 90, ou mesmo nos inícios do século XXI, outros sítios com ocupação do 1º milénio a.C., como é o caso de Tavira, Faro, Monte Mo-lião e Vila Velha de Alvor, foram alvo de intervenções e de estudos vários e as escavações foram retomadas em Castro Marim a partir de 2000.

A informação existente sobre a ocupação da orla costeira no sul de Portugal é assim já relativamente vasta, e permite algumas reflexões sobre as modalidades dessa ocupação, que não é uniforme, nem se reveste da unicidade que tantas vezes lhe é atribuída.

Os dados que as escavações arqueológicas e que os trabalhos de prospecção têm revelado possibilitaram uma análise que teve também em consideração outros aspectos, concretamente a toponímia. E pareceu impen-sável que a ocupação humana do Algarve durante o primeiro milénio a.n.e. fosse analisada na ignorância das referências que os autores clássicos fazem a seu propósito.

2. Os sítios e os materiais

2.1. Castro Marim (BAESURIS)

A ocupação humana do Castelo de Castro Marim está particularmente bem documentada durante a Idade do Ferro, ainda que remonte à Idade do Bronze. A já ampla área escavada (cerca de 500 metros²) permitiu pôr a descoberto um conjunto de estruturas datadas

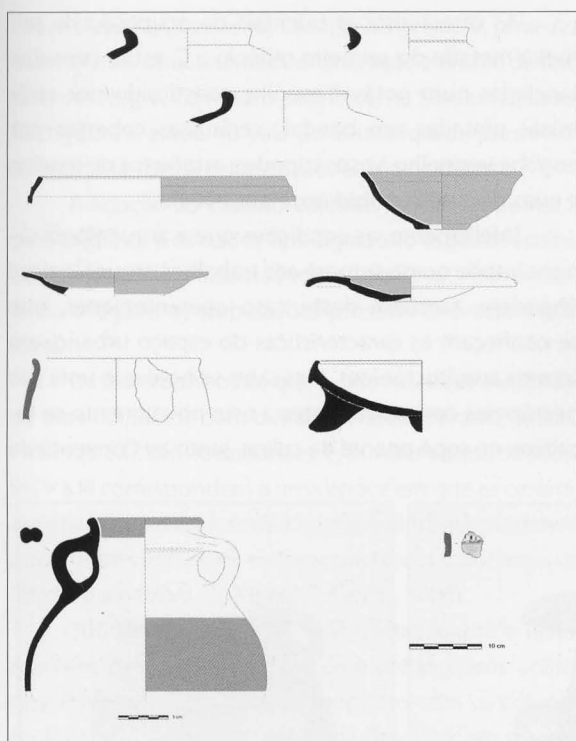


Fig. 2 - Castelo de Castro Marim: cerâmicas da 1ª metade do I milénio a.C.

do 1º milénio a.n.e. e recolher um numeroso espólio, o que facilita a análise da sequência das construções, bem como o esclarecimento da matriz cultural dos seus habitantes (Arruda, 1986, 1988, 1996, 1997a, 1997b, 1999-2000, 2000a, 2000b, 2001, 2003, 2006; Arruda *et al.*, 2006, no prelo a, no prelo b).

Recorde-se ainda que o sítio se implanta numa pequena colina bem destacada na paisagem, da qual se domina visualmente um vasto território. Localiza-se na foz do Guadiana e é possível que na Antiguidade tivesse sido uma península, com um estreito istmo localizado a SSO.

Neste trabalho importa destacar o facto de o início da Idade do Ferro poder datar-se do século VII a.C. e ainda o carácter orientalizante da ocupação da 1ª metade do I milénio a.C.. Com efeito, o orientalismo de que se revestem os primeiros momentos da ocupação sidéica está plasmado não só na morfologia dos espólios recolhidos, mas também num conjunto arquitectural com conotações religiosas evidentes, cujas plantas

e técnicas construtivas utilizadas são claramente forâneas e encontram os seus melhores paralelos nos sítios fenícios do Estreito de Gibraltar (*ibidem*).

Os espólios comportam as típicas cerâmicas das colónias fenícias ocidentais, como é o caso das ânforas R1, dos grandes vasos pintados em bandas, dos vasos trípodas, das cerâmicas de engobe vermelho e da cerâmica cinzenta fina polida (*ibidem*; Freitas, 2006). A cerâmica manual está também documentada em grandes quantidades nestes níveis antigos, com formas e tecnologias decorativas ainda típicas do Bronze Final (*ibidem*, Oliveira 2007).

O urbanismo ortogonal, as paredes internas dos muros revestidos por «estuques», os pisos de argila vermelha e de conchas são aspectos relevantes do carácter mediterrâneo de um plano arquitectónico previamente estabelecido (Arruda *et al.*, no prelo a).

Dos altares construídos entre o século VIII VI a.C., destaco o rectangular com orifício lateral, que se aproxima, em termos morfológicos e tecnológicos, dos de Montemolin, Carmona, Carambolo ou Cancho Roano (Arruda *et al.*, no prelo a, no prelo b).

Na segunda metade do século V a.C., ocorreu uma profunda alteração estrutural em termos arquitectónicos, tendo sido verificado que um outro aglomerado populacional foi construído sobre os derrubes do anterior. Os compartimentos são ainda de planta rectangular, mas é evidente uma outra orientação dos muros, e uma nova reorganização do espaço. Este novo espaço funcionou até à época republicana, tendo naturalmente sofrido remodelações, que não alteraram, contudo, a concepção na sua forma geral (Arruda *et al.*, no prelo a).

Os espólios da segunda metade do 1º milénio são ainda reveladores da profunda ligação do sítio à região gaditana. Daí terão vindo, entre o final do século V e o século III a.C., produtos alimentares envasados em ânforas Maña Pascoal A4, B/C e D de Pellicer e de tipo Tiñosa (Arruda, 2000, 2001, 2003; Arruda *et al.*, 2006), cerâmicas áticas dos séculos V e IV a.C. (Arruda, 1997), a cerâmica de tipo Kuass do século III a.C. (Arruda, 1997; Sousa, 2005), os pratos de peixe pintados em bandas concêntricas e os vasos pintados com espirais e linhas ziguezagueantes (Arruda, 1997; 1999-2000; 2000; 2001), entre muitos outros, testemunham a enorme vitalidade

do sítio na segunda metade do I milénio a.C., sobretudo entre os séculos V e III a.C.

2.2. Tavira (BALSA)

Sob a actual cidade de Tavira, ergueu-se, no início do 1º milénio a.C., um núcleo urbano de considerável importância. A colina, localizada na margem direita do rio Gilão muito próximo da sua foz, controla visualmente a entrada do rio, em excelente posição estratégica.

Segundo os dados disponíveis, e tal como em Castro Marim, esta ocupação sobrepôs-se a um povoado do Bronze Final (Maia, 2000).

As características orientais da ocupação da primeira metade do primeiro milénio a.C. estão consubstanciadas num notável espólio, constituído por cerâmicas pintadas em bandas, cerâmicas cobertas por engobe vermelho, vasos trípodas, artefactos de marfim e ovos de avestruz (ibidem; Maia, 2003).

Infelizmente, as condições que a arqueologia urbana impõe quase sempre aos trabalhos arqueológicos impedem, também neste caso aparentemente, que se conheçam as características do espaço urbano, em termos arquitectónicos. Mas sabe-se hoje que uma das necrópoles correspondentes a este povoamento se localizou no sopé poente da colina, junto ao Convento da

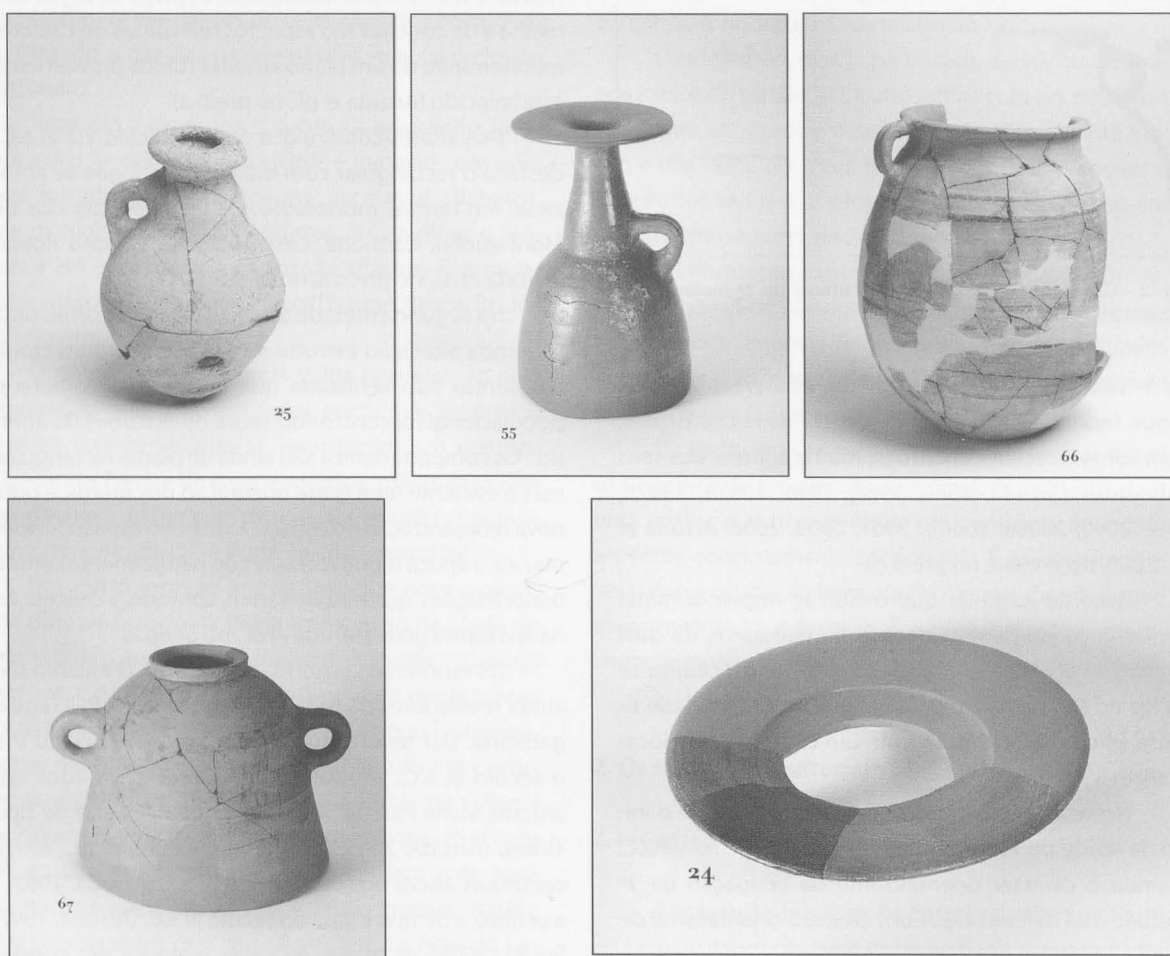


Fig. 3 - Materiais da 1ª metade do I milénio a.C. exumados em Tavira, segundo Maia, 2003.

Graça (Arruda, Covaneiro, Cavaco, no prelo). E, uma vez mais, as suas características, incineração em urna de tipo Cruz del Negro, com bons paralelos, na Sardenha, Ibiza, Rachgoun, e ainda no vale do Guadalquivir, permitem relacioná-la com a colonização fenícia ocidental.

A ligação ao mundo colonial fenício ocidental é pois evidente e os dados tipológicos do espólio recolhido permitem localizar nos inícios do VII a.C. o momento da chegada de populações próximo orientais a este local.

Os testemunhos de que o sítio manteve a vitalidade e os contactos com o Mediterrâneo durante todo o I Milénio a.C. são abundantes, e, também aqui, os séculos V a III correspondem a uma época em que as cerâmicas áticas, as cerâmicas de Kuass e as ânforas gaditanas, entre outros materiais, evidenciam trocas comerciais de larga escala (Maia, 2003; 2006; Barros, 2003).

Tudo indica, portanto, que Castro Marim e Tavira mantêm percursos económicos e até políticos análogos. Em ambos os sítios, os contactos com os colonos fenícios instalados no Estreito de Gibraltar, em torno a 900 a.C., são intensos e iniciam-se no mesmo momento, e as semelhanças morfológicas e tecnológicas dos espólios da 1ª metade do I milénio são grandes. A vitalidade económica dos dois lugares, a partir de cerca de 425 a.C., e consubstanciada pelas numerosas importações de produtos alimentares e manufacturados da área mediterrânea, é também particularmente significativa das suas idênticas trajectórias, sobretudo se tivermos em consideração que os mesmos centros abastecedores «exportaram» para ambos os centros de consumo. Citar as similitudes do ponto de vista das implantações topográficas e das localizações geográficas poderá mesmo parecer redundante e é possível, neste contexto, defender motivações similares para a instalação de populações nos dois sítios.

2.3. Faro (OSSONoba)

Até há pouco tempo, apenas o topónimo *Ossonoba*, registado nos autores clássicos, na epigrafia e nas legendas das moedas cunhadas durante a época republicana, indicava uma fundação pré-romana para a actual capital do Algarve. Ultrapassadas as dúvidas

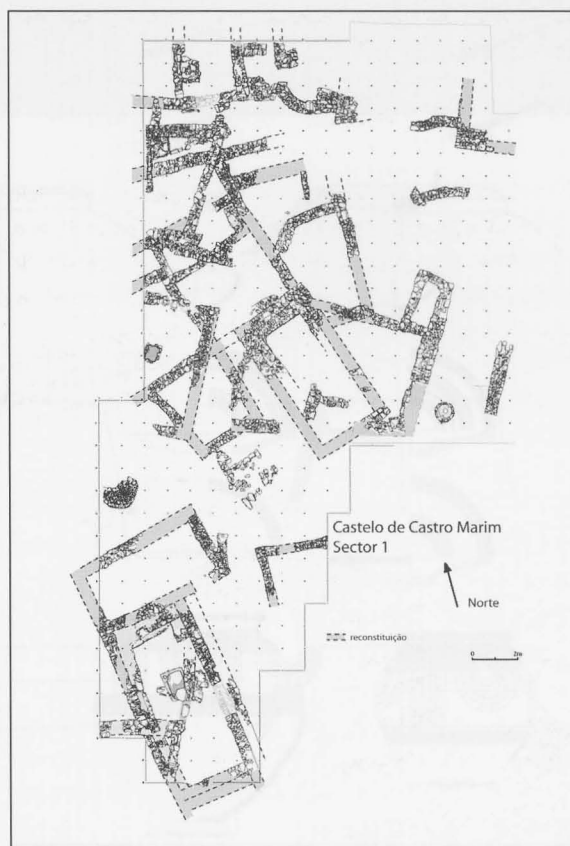


Fig. 4 - Castelo de Castro Marim: plantas das fases arcaica e da 2ª metade do I milénio a.n.e., sobrepostas.

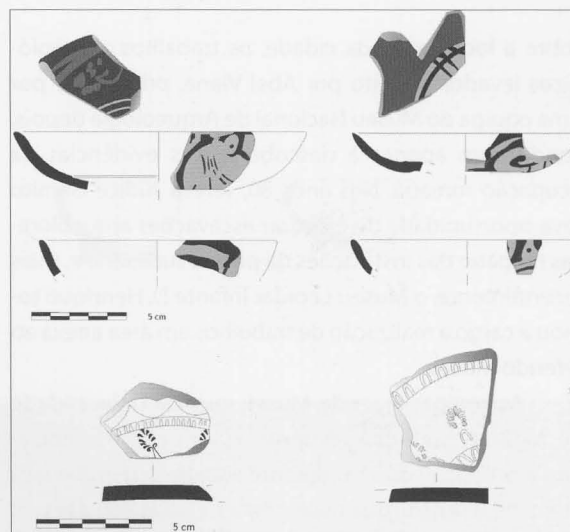


Fig. 5 - Cerâmica ática, de figuras vermelhas e verniz negro, do século IV a.C. do Castelo de Castro Marim.

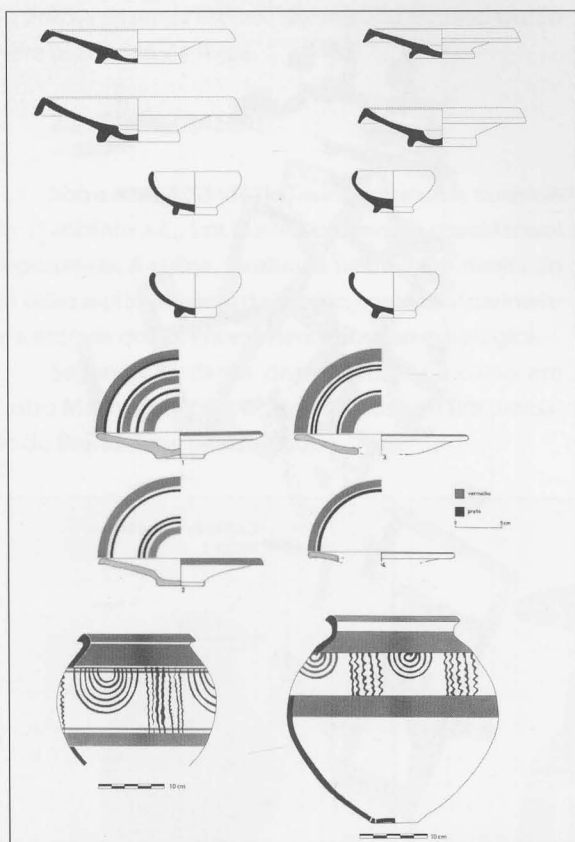


Fig. 6 - Cerâmica de tipo Kuass e pintada em bandas, da segunda metade do século IV a.C. do Castelo de Castro Marim

sobre a localização da cidade, os trabalhos arqueológicos levados a efeito por Abel Viana, primeiro, e por uma equipa do Museu Nacional de Arqueologia depois, conduziram apenas à descoberta das evidências da ocupação romana. Nos anos 80, Teresa Júdice Gamito teve oportunidade de efectuar escavações arqueológicas no pátio das instalações da polícia Judiciária e, mais recentemente, o Museu Lapidar Infante D. Henrique tomou a cargo a realização de trabalhos em área anexa ao referido Museu.

As equipas, quer do Museu quer da Universidade do Algarve, puderam recuperar dados que evidenciaram a ocupação do sítio durante a Idade do Ferro e ninguém hoje duvida que *Ossonoba* se situava sob a actual cidade de Faro, concretamente na pequena colina, hoje rodeada pela muralha medieval, que corresponde ao Bairro da Sé. Durante o I milénio a.C., esta colina seria,

muito provavelmente, uma ilha, localizada num ambiente lagunar, com bons portos e ancoradouros.

Dos trabalhos na Polícia Judiciária pouco se conhece ainda, havendo a registar, no entanto, o aparecimento de cerâmica ática do século IV a.C., encontrada em níveis pré-romanos (Gamito, 1994; Barros, 2005).

As escavações no Museu foram já alvo de estudo, tanto no que refere aos materiais de época romana como aos da Idade do Ferro (Arruda, Bargão e Sousa, 2005; Sousa, 2005).

Os resultados destes trabalhos na área do Museu permitem afirmar que a ocupação da actual cidade de Faro não recua para trás do segundo quartel do século IV a.C., sendo particularmente significativa durante a sua segunda metade e, sobretudo, durante o século III (*ibidem*). Com efeito, a cerâmica grega é escassa, quando comparada com os conjuntos de Castro Marim e de Tavira e é exclusivamente do século IV a.C., situação que contrasta também com o verificado nos dois sítios a Oriente, sítios onde as importações áticas do século V a.C. são abundantes e as do século IV estão muito bem documentadas.

Por outro lado, no conjunto anfórico destaca-se a abundância de ânforas de tipo Tiñosa, e deve referir-se que as Mañá Pascual A4 são todas integráveis em tipos tardios (2ª metade do IV a II), uma vez mais ao contrário do que se passa, pelo menos em Castro Marim, onde as séries 11 e 12 de Joan Ramón englobam exemplares do século V e da 1ª metade do IV a.C., para além, naturalmente, dos exemplares mais tardios estarem também presentes (*ibidem*).

Na amostra cerâmica da Idade do Ferro recuperada nas escavações do Museu de Faro, as cerâmicas de tipo Kuass são muito abundantes, estando presentes os dois tipos mais comuns: os pratos da forma 23 de Lamboglia e as taças da forma 27 da mesma tipologia. Esta abundância foi também verificada, exactamente sobre as duas formas, em Castro Marim, desconhecendo-se, por ora, o que se passa, quanto a esta categoria cerâmica, em Tavira.

Todos os dados se conjugam portanto para ser possível concluir que a ocupação de Faro durante a Antiguidade se iniciou apenas durante o século IV a.C., talvez a partir do segundo quartel e ainda timidamente. O

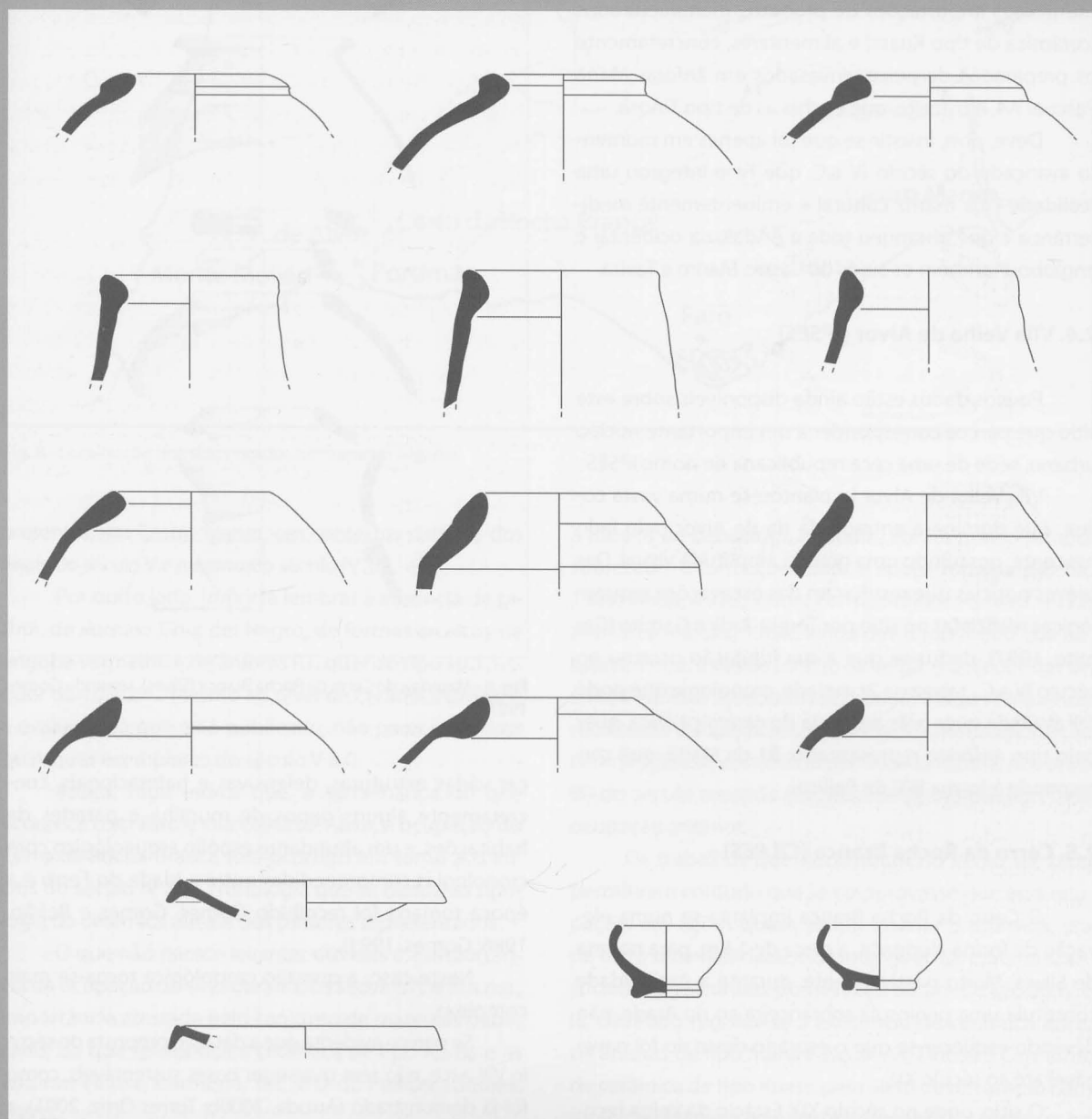


Fig. 7 - Cerâmicas da segunda metade do I milênio a.C. exumadas em Faro, segundo Arruda, Bargão e Sousa, 2005; Sousa, 2005.

núcleo urbano sofre um desenvolvimento muito nítido a partir dos finais do século IV, mas será no século III que esse desenvolvimento se assume plenamente, com numerosas importações de produtos manufacturados (cerâmica de tipo Kuass) e alimentares, concretamente os preparados de peixe, envasados em ânforas Mañá Pascual A4, e o azeite, que enchia as de tipo Tiñosa.

Deve, pois, insistir-se que foi apenas em momento avançado do século IV a.C. que Faro integrou uma realidade cuja matriz cultural é eminentemente mediterrânea e que abrangeu toda a Andaluzia ocidental e englobou também os sítios de Castro Marim e Tavira.

2.4. Vila Velha de Alvor (IPSES)

Poucos dados estão ainda disponíveis sobre este sítio que parece corresponder a um importante núcleo urbano, sede de uma ceca republicana de nome IPSES.

Vila Velha de Alvor implantou-se numa vasta colina, que domina a entrada da ria de Alvor pelo lado nascente, possuindo uma grande amplitude visual. Das breves notícias que resultaram das escavações arqueológicas realizadas no sítio por Teresa Júdice Gamito (Gamito, 1997), deduz-se que a sua fundação ocorreu no século IV a.C., talvez na 2ª metade, cronologia que pode ser avaliada quer pela ausência de cerâmica ática, quer pelo tipo anfórico representado: B1 de Mañá, que corresponde à forma B/C de Pellicer.

2.5. Cerro da Rocha Branca (CILPES)

O Cerro da Rocha Branca implanta-se numa elevação de forma alongada, a cerca de 1 Km, para poente de Silves. Muito possivelmente, durante a Antiguidade constituía uma península sobranceira ao rio Arade, não devendo esquecer-se que o estuário deste rio foi navegável até ao século XV.

O sítio, onde no século XIX Estácio da Veiga recolheu uma moeda com a legenda *CILPES*, foi objecto de três campanhas de escavações arqueológicas levadas a efeito na primeira metade da década de 80. Infelizmente, o povoado do Cerro da Rocha Branca foi completamente destruído em 1988.

Os trabalhos arqueológicos permitiram identi-

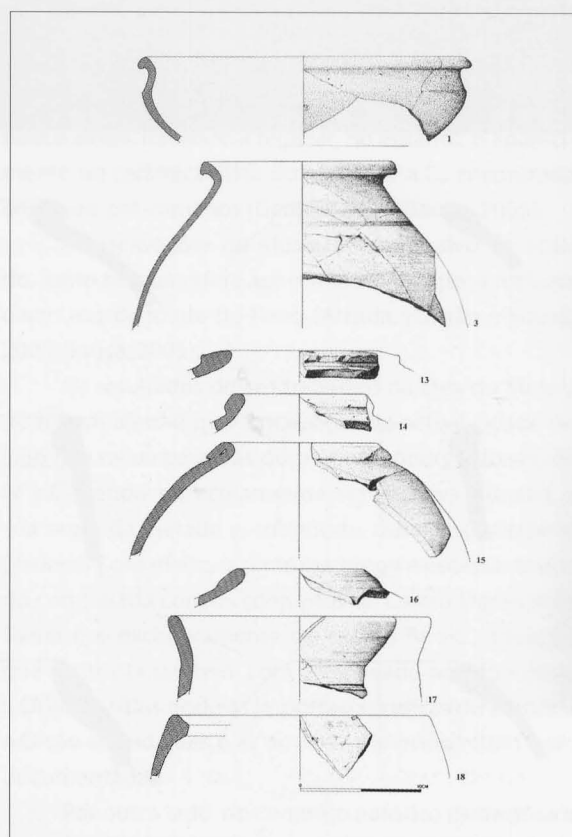


Fig. 8 - Materiais do Cerro da Rocha Branca (Silves), segundo Gomes 1993.

car várias estruturas, defensivas e habitacionais, concretamente alguns panos de muralha e paredes de habitações, e um abundante espólio arqueológico com cronologias compreendidas entre a Idade do Ferro e a época romana foi recolhido (Gomes, Gomes e Beirão, 1986; Gomes, 1993).

Neste caso, a questão cronológica torna-se mais complexa.

Se parece evidente que a datação proposta do século VIII a.n.e. não tem quaisquer bases sustentáveis, como foi já demonstrado (Arruda, 2000b; Torres Ortiz, 2001), a verdade é que a existência de alguns fragmentos de cerâmica de engobe vermelho e de cerâmica cinzenta podem levantar alguma polémica. Recordo, no entanto, que materiais destas categorias foram recuperados em níveis que outros permitem datar do século IV a.C., e que as duas primeiras (engobe vermelho e cinzenta fina polida) estão

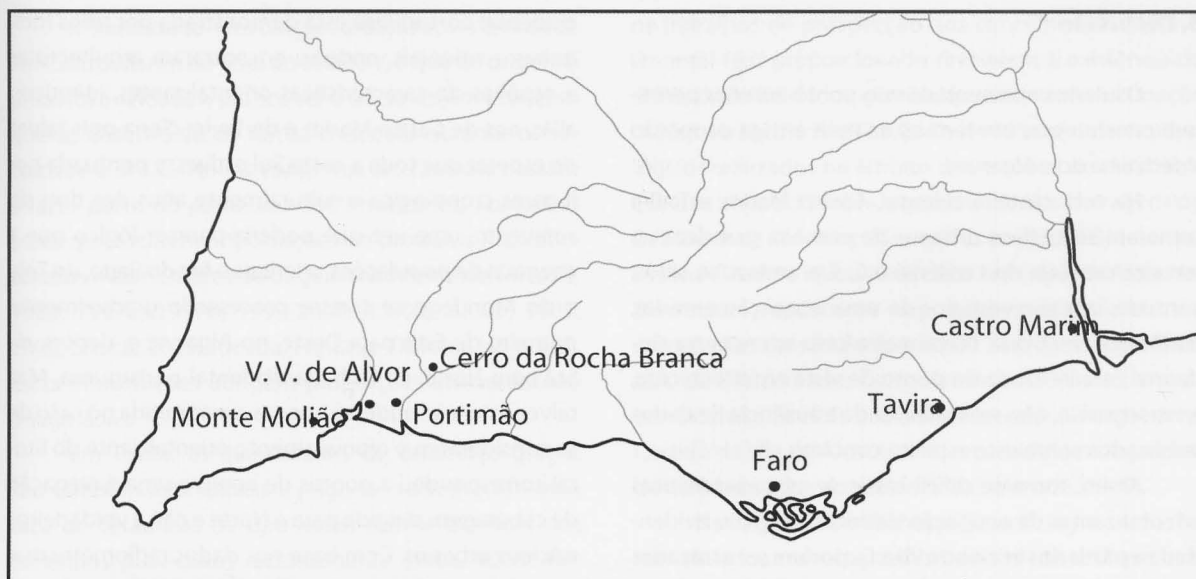


Fig. 8 - Localização dos sítios citados no mapa do Algarve.

presentes, em Castro Marim, em contextos datados dos finais do século V e mesmo do século IV a.C.

Por outro lado, importa lembrar a ausência de pithoi, de «urnas» Cruz del Negro, de formas arcaicas de engobe vermelho e de ânforas R1, quer do tipo 10.1.1.1. quer do 10.1.2.1.. Mesmo ao nível da cerâmica grega, e a avaliar pelo que está publicado, não parecem existir quaisquer exemplares do século V a.C.

Assim, tudo indica que, à semelhança do que acontece com Faro e Vila Velha de Alvor, a ocupação do Cerro da Rocha Branca terá ocorrido em torno aos inícios do século IV a.C., cronologia que se deduz da tipologia da cerâmica ática e dos pintores representados.

O que não parece levantar dúvidas é a importância da ocupação do sítio durante os séculos IV e III a.n.e., importância atestada pelo conjunto de materiais publicado, de que se destaca a cerâmica de tipo Kuass e as ânforas: Tiñosa, Carmona, B/C e D de Pellicer (Gomes, 1993).

2.6. Monte Molião (LACCOBRIGA)

Sobre este sítio, uma colina bem destacada na paisagem de onde se domina visualmente a baía de Lagos e, para poente, toda a vasta planície que margina

a Ribeira de Bensafim, existiam, até há pouco tempo, sobretudo, informações para a época romana (Rocha, 1909; Veiga, 1910; Viana, Formosinho e Ferreira, 1952; Alarcão e Alarcão, 1964), ainda que o topónimo que habitualmente, e desde Estácio da Veiga, o descobridor do sítio, a ele está associado *Laccobriga*, e alguns materiais recolhidos à superfície e encontrados numa escavação de emergência, conduzida por Suzana Estrela, nos anos 90 do século passado (Estrela, 1999), indicassem uma ocupação anterior.

Os trabalhos que decorreram no Verão de 2006 permitiram contudo que se comprovasse que essa ocupação, até agora quase simplesmente presumida, era de facto uma realidade indesmentível. Os materiais, associados a estruturas domésticas, datam do século IV e III, devendo registar-se a existência de cerâmica ática, de ânforas de tipo Mañá Pascual A4, Tinoso e Carmona, de cerâmica de tipo Kuass, para além de um amplo conjunto de cerâmica comum (Arruda, Sousa, Lourenço, no prelo).

Mas, e à semelhança do que sucedeu nos outros sítios do Algarve Ocidental, a ocupação sidérica não recua para trás do século IV, podendo pois defender-se que o sítio foi fundado em torno ao 3º quartel desse mesmo século.

3. Discussão

Os dados apresentados no ponto anterior permitem concluir que em termos da mais antiga ocupação sidérica há dois Algarves.

Na orla costeira oriental, Castro Marim e Tavira tornaram-se núcleos urbanos de primeira grandeza na terceira centúria do I milénio a.C. Em ambos os sítios, contudo, existem vestígios de uma ocupação anterior, do Bronze Final, que, no primeiro caso se encontra ainda mal caracterizada do ponto de vista arquitectónico, e, no segundo, não sei avaliar, dada a ausência de dados publicados sobre este aspecto concreto.

Assim, torna-se difícil saber se as características orientalizantes da ocupação sidérica, que ficou evidenciada a partir dos inícios do VII a.C., podem ser assacadas a colonos fenícios chegados da área do Estreito de Gibraltar ou a um processo de aculturação cujos agentes externos seriam exactamente os mesmos fenícios. De qualquer modo, no contexto do trabalho que aqui se apresenta, não parece ser esta a questão fundamental. O que importa mesmo é que, de uma forma ou outra, esses fenícios chegaram ao Sotavento algarvio e parece possível defender que boa parte da população que habitou nos dois povoados era de origem exógena.

Importantes também são os dois topónimos a que correspondem os dois sítios arqueológicos. *Baesuris* e *Balsa* fazem efectivamente parte do que pode ser considerado «toponímia colonial», e a sua origem é mediterrânea e semita. Se os sítios eram conhecidos por estes nomes, talvez não seja absurdo supor que quem lhos atribuiu foi quem os fundou e que, assim, esses não eram nativos. Sei que os referidos topónimos são divulgados, quer em textos quer em legendas de moedas, apenas em época romana, mas neste caso, ao contrário de outros, não se trata de qualquer latinização de nomes pré-romanos.

Uma ocupação com estas características e com esta cronologia não é conhecida a Ocidente de Tavira. Julgo ter podido demonstrar que Faro, Vila Velha de Alvor, Cerro da Rocha Branca e Monte Molião não revelaram ocupações anteriores ao século IV a.C. Esta situação poderia causar alguma estranheza, uma vez que a presença de populações orientais na fachada

ocidental portuguesa está demonstrada por sítios indígenas e coloniais, onde se encontraram arquitecturas e espólios de características orientalizantes, idênticos, aliás, aos de Castro Marim e de Tavira. Seria pois talvez de esperar que toda a costa Sul estivesse pontuada por lugares cronológica e culturalmente afins dos dois do sotavento, uma vez que poderia parecer lógico que a chegada de populações orientais à foz do Sado, do Tejo e do Mondego se tivesse processado gradualmente, primeiro de Este para Oeste, no Algarve, e, depois, de Sul para Norte, na fachada ocidental portuguesa. Mas talvez esta tese pudesse apenas ser admitida no caso de se considerar que o povoamento orientalizante do litoral correspondeu a pontos de apoio a uma navegação de cabotagem dirigida para o Norte e não a verdadeiros núcleos urbanos. Com base nos dados radiométricos e nos que as tipologias cerâmicas permitem obter, tive a oportunidade de, em texto recente (Arruda, 2005), ter defendido que a orientalização do Ocidente português precedeu a do Algarve e que os fenícios ocidentais chegaram ao Tejo e ao Mondego antes de terem abordado a foz do Sado. Disse expressamente então que «O percurso dos navegadores fenícios não foi linear para montante, e não parece ter havido uma ocupação progressiva de territórios cada vez mais longínquos. A chegada das populações orientais não segue um caminho de Sul para Norte [nem aliás de Este para Oeste], parecendo, pelo contrário, que houve logo de início uma determinação em chegar a determinadas áreas, neste caso às localizadas no centro da fachada ocidental portuguesa. Esta situação evidencia, na minha perspectiva, que estas chegadas não foram acontecendo ao acaso, de forma aleatória, ao sabor dos ventos e das tempestades, mas que foram determinadas por objectivos concretos e previamente definidos» (*ibidem*).

Assim, não é de estranhar que a finisterra orientalizante algarvia se possa localizar na foz do Gilão.

Penso também que os dados que enunciei no ponto anterior em relação à segunda metade do I milénio a.C. permitem ainda dizer que, a partir do século V a.C., se começa a esboçar uma situação distinta. Esta nova situação implicará uma efectiva ocupação do litoral central e ocidental e ainda de territórios interiores localizados no Barrocal e mesmo na Serra. Agora só há um Algarve.

A verdadeira «revolução urbanística» verificada em Castro Marim no final do século V, e que dá origem a uma nova «cidade», parece ser o início de um processo que se desenvolve de forma crescente durante os séculos IV e III a.C.. Novos conjuntos artefactuais passam a fazer parte do conteúdo dos inventários, conjuntos esses que incluem importações de produtos manufacturados e alimentares de origem mediterrânea (Arruda, 1986; 1997a; 1997b; 1999-2000; 2000a; 2000b; 2001; 2006; Sousa, 2005; Arruda, Freitas e Oliveira, no prelo). Estas importações atingem proporções até então não imaginadas.

Em Tavira, as quantidades de cerâmicas gregas são também assinaláveis e julgo ter reconhecido uma taça de cerâmicas de tipo Kuass (forma 27) num dos desenhos publicados recentemente (Maia, 2006). Refira-se ainda que, mesmo que tenha havido produção de ânforas na área do BNU (*ibidem*), parece evidente, pelos desenhos publicados, que a importação de Mañá Pascual A4 e de tipo Tiñosa deve ter sido uma realidade (*ibidem*). Estes dados, ainda que escassos, parecem configurar para Tavira uma situação idêntica à de Castro Marim, admitindo-se pois como possível que também o sítio do Gilão tenha passado por uma renovação em torno aos finais do século V, renovação que ganha corpo durante os séculos IV e III a.C., e que está, por exemplo, plasmada na introdução de um repertório cerâmico distinto do do momento anterior e na importação, em larga escala, de produtos alimentares e manufacturados.

Julgo que os dados conhecidos, e anteriormente descritos, autorizam também defender que Faro, Vila Velha de Alvor, Monte Molião e Cerro da Rocha Branca são fundados *ex nihilo* em torno ao 2º quartel do século IV a.C. Estes sítios, com espólios cerâmicos em tudo idênticos aos que com a mesma cronologia foram recolhidos em Castro Marim e em Tavira, estão localizados em áreas com boas condições portuárias e que controlam o acesso ao interior, uma vez que se localizam na foz de rios navegáveis, ou nas margens dos seus estuários.

Os dados que comprovam uma ocupação progressiva, nesta mesma época, de territórios localizados no interior são muito poucos. Contudo, os resultados que

os trabalhos de prospecção nos concelhos do Algarve Oriental têm proporcionado revelaram a existência de sítios, onde há dados que comprovam a sua ocupação durante o século IV e III a.C.. Os levantamentos arqueológicos realizados no âmbito dos estudos de minimização dos impactos sobre o património das barragens do Beliche e de Odeleite (Gonçalves *et al.*, 2003) e os que Helena Catarino levou a efeito no concelho de Alcoutim permitiram reconhecer importações de ânforas com cronologias do século IV e III a.C. no Moinho do Pinto (B/C de Pellicer) e no Cerro das Velhas (Tiñosa), ambos em Odeleite (Freitas e Oliveira, no prelo). Também no Castelo da Vila de Alcoutim foi recolhido um fragmento de cerâmica ática do século IV a.C. (Arruda, 1997).

Na freguesia do Cachopo (Tavira), alguns sítios foram situados cronologicamente na Idade do Ferro e de alguns deles são provenientes fragmentos de ânforas que foram classificadas como púnicas. Naturalmente que esta informação é bastante imprecisa, mas julgo admissível pensar que essas ânforas poderão enquadrar-se em tipos que podem caber em cronologias dos séculos IV a III a.C. (Maia e Silva, 2000).

Infelizmente, na área central e ocidental do Algarve não decorreram ainda trabalhos de prospecção tão sistemáticos como os foram conduzidos no Sotavento, pelo que se desconhece se também aí se verificou o que pode ser uma hipótese a considerar: uma colonização das terras do interior do Algarve a partir de 350 a.C., ou um pouco depois.

O quadro que tracei da ocupação humana do Algarve durante a 2ª metade do I milénio a.C. merece ainda alguma discussão.

As relações existentes entre o Algarve litoral, e talvez mesmo do seu interior, com a área ocidental da actual Andaluzia são muito claras em domínios vários. O repertório formal cerâmico de ambas as áreas revela similitudes assinaláveis não só nas importações, como é o caso das ânforas, da cerâmica ática e, muito possivelmente, da cerâmica de tipo Kuass, mas também nas produções locais, como por exemplo, entre outras, alguma cerâmica pintada em bandas, pratos de peixe e vasos globulares. Mas as afinidades entre as duas regiões são também grandes em termos de soluções arquitectónicas, entre as quais devo insistir na utilização de con-

chas de bivalves na pavimentação de alguns compartimentos. Em Castro Marim, que no Algarve é o sítio onde existe, neste momento, mais informação disponível sobre este período, foi possível identificar vários destes pisos integralmente constituídos por conchas alinhadas, que se encontravam sobpostas a camadas de argila de espessura variável, estas certamente correspondentes à preparação daqueles.

Tais pavimentos existem também no Carambolo (Carriazo, 1973), onde estão associados tanto cronológica como espacialmente a uma área funcional com evidentes conotações religiosas, o que também parece suceder em Castro Marim. Tal associação não foi, contudo, estabelecida no caso de pavimentos idênticos na Calle Botica, em Huelva (Rufete Tomico, 2002), no Castillo de Doña Blanca, em Cádiz (Ruiz Mata e Perez, 1995) e no Cerro del Villar, em Málaga (Aubet *et al.*, 1999).

De qualquer modo, o que se pretende chamar aqui a atenção é para o facto de os sítios algarvios da segunda metade do I milénio a.C. possuírem, também em termos de distribuição espacial de áreas funcionais, padrões semelhantes, o que parece traduzir comportamentos similares.

Em cada um dos vastos territórios aparentemente separados pelo Guadiana, a similitude das dietas alimentares é evidente, os produtos são armazenados e consumidos nas mesmas formas cerâmicas, os espaços culturais mostram semelhanças nas arquitecturas (o que deve significar entidades cultuadas de idêntica matriz religiosa) e os espaços urbanos definem-se por morfologias similares. Estas realidades correspondem, pois, a um mesmo padrão comportamental, a um único esquema cultural e a um mesmo cenário social, que certamente resulta de uma mesma entidade étnica, fazendo, neste contexto, sentido recordar que Estrabão descreve em bloco toda a região «... entre o Cabo Sagrado e as Colunas.» (III, 2, 4).

E importa ainda destacar aqui também a referência ao facto de *Ossonoba* e de *Balsa* integrarem as cidades turdetanas da Lusitânia (Ptolomeu, 5, 6), ainda que o geógrafo de Alexandria tenha incluído *Laccobriga* entre os centros urbanos celtas.

Que a Turdetânia se estendida até ao Algarve Ocidental parece ser evidente a partir do registo ar-

queológico, não devendo esquecer-se que, tal como se verificou na área de Cádiz, o Algarve regista nos séculos IV e III a.C. um desenvolvimento notável, com um aumento demográfico consubstanciado na fundação de novos centros urbanos no litoral (Faro, Vila Velha de Alvor, Monte Molião, Cerro da Rocha Branca), e de sítios rurais no barrocal (Moinho do Pinto e Cerro da Velha), estes últimos com padrões de instalação que parecem vinculados à exploração agrícola. As transformações de ordem urbanística verificadas nos povoados já existentes (Castro Marim, por exemplo) são também dados a reter.

Mas os habitantes dos núcleos urbanos do litoral, como aliás os da área andaluza, ter-se-iam dedicado a explorar outros recursos, concretamente os marinhos, produzindo, em grandes quantidades, preparados de peixe e contentores destinados a envasar estes produtos.

Bibliografia

- ALARCÃO, J. e ALARCÃO, A. M.** (1964) – Vidros Romanos do Museu Municipal da Figueira da Foz. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 74: 1-2, p. 79 – 116.
- ARRUDA, A. M.** (1986) - Castro Marim na Idade do Ferro. In *Actas do 4º Congresso sobre o Algarve*. Silves: Racional Clube, I, p. 33 – 38.
- ARRUDA, A. M.** (1988) - Nota acerca da ocupação romana/republicana do Castelo de Castro Marim, In *Actas do 5º Congresso sobre o Algarve*. Silves: Racional Clube, I, p. 37 - 48.
- ARRUDA, A. M.** (1996) - O Castelo de Castro Marim. In *De Ulisses a Viriato. O primeiro milénio a.C. Lisboa*: Museu Nacional de Arqueologia, p. 95-100.
- ARRUDA, A. M.** (1997a) - *A cerâmica ática do Castelo de Castro Marim*. Lisboa: Colibri.
- ARRUDA, A. M.** (1997b) - Os núcleos urbanos litorais da Idade do Ferro no Algarve. In *O Algarve: Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa: IPPAR, p. 243 – 255.
- ARRUDA, A. M.** (1999-2000) - *Los fenícios en Portugal: Fenícios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal*. Cuadernos de Estudios Mediterráneos. Barcelona: Universidad Pompeu Fabra.

- ARRUDA, A. M.** (2000a) - As cerâmicas de importação do Castelo de Castro Marim no âmbito do comércio Ocidental dos séculos V a III a.C.. In *Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos*. Madris/Cádiz, p. 727 – 735.
- ARRUDA, A. M.** (2000b) - O comércio fenício no território actualmente português. In *Intercambio y comercio Preclassico en el Mediterráneo*. Madrid: CEFYP, p. 59 – 77.
- ARRUDA, A. M.** (2001) - Importações púnicas no Algarve: cronologia e significado. In *Os Púnicos no Extremo Ocidente*. Lisboa: Universidade Aberta, p. 69 – 98.
- ARRUDA, A. M.** (2003) - A Idade do Ferro no Castelo de Castro Marim através das importações cerâmicas. *Xelb*. Silves: Câmara Municipal, 4, p. 70 – 88.
- ARRUDA, A. M., BARGÃO, P., SOUSA, E.** (2005) - A ocupação pré romana de Faro: alguns dados novos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: IPA, 8 177 – 208.
- ARRUDA, A. M., VIEGAS, C., BARGÃO, P., PEREIRA, R.** (2006) - A importação de preparados de peixe em Castro Marim: da Idade do Ferro à época romana. In *Actas do Simpósio internacional de Homenagem a Françoise Mayet. Setúbal Arqueológica*. Setúbal: MAEDS. 13, p. 153 – 176.
- ARRUDA, A. M., COVANEIRO, J., CAVACO, S.** (no prelo) - Uma necrópole «tartéssica» em Tavira: as dicotomias (im)possíveis. Contributos para a anatomia de um mito. In *Actas del V Colóquio del CEFYP (Tarsis-Tartessos: Mito, Historia y Arqueología)*. Madrid.
- ARRUDA, A. M., FREITAS, V. T., OLIVEIRA, C. F.** (no prelo) - Os Fenícios e a urbanização no Extremo Ocidente: o caso de Castro Marim. In *Actas do III Colóquio del Internacional del centro de Estudios Fenicios y punicos: Las ciudades fenicio-punicas en el Mediterráneo Occidental*. Adra.
- ARRUDA, A. M., FREITAS, V. T., OLIVEIRA, C. F., SOUSA, E., BARGÃO, P., LOURENÇO, P., CARRETERO, P.** (no prelo) - Castro Marim: um santuário pré romano na foz do Guadiana. In *Actas de «Santuarios, Oppida y Ciudades: Arquitectura Sacra en el origen y desarrollo urbano del Mediterráneo Occidental»*. Mérida.
- ARRUDA, A. M., SOUSA, E., LOURENÇO, P.** (no prelo) - A ocupação pré-romana de Monte Molião (Lagos). *Complutum*. Madrid.
- AUBET, M. E., CARMONA, P., CÚRIA, E., DELGADO, A., FERNANDEZ CAMPOS, A., PARRÁGA, M.** (1999) - Cerro del Villar. *El asentamiento fenicio en la desembocadura del río Guadalorce y su interacción con el hinterland*. Sevilla: Junta de Andalucía.
- BARROS, P.** (2005) - As cerâmicas áticas no circuito do estreito do extremo ocidente peninsular: Quinta da Queimada, Ilhéu do Rosário, Faro e Tavira. In *Actas do Congreso de Protohistoria del Mediterráneo Occidental*. Mérida: IAM, p. 931 – 946.
- BARROS, P.** (2003) - As cerâmicas áticas de Tavira. In *Tavira: território e poder*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p 73 – 75.
- CARRIAZO, J. M.** (1973) - *Tartessos y el Carambolo*. Sevilla.
- ESTRELA, S.** (1999) - Monte Molião, Lagos: intervenção de emergência (1998) e problemas da gestão do património em sítios arqueológicos clasificados. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: IPA, 2: 1, p. 199-234.
- FREITAS, V. T.** (2005) - *A cerâmica de engobe vermelho do Castelo de Castro Marim*. Dissertação de mestrado em Pré-História e Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 volumes. Edição policopiada.
- FREITAS, V. T. e OLIVEIRA, C. F.** (no prelo) - Ocupação proto-histórica do baixo Guadiana, *Actas do IV Congresso de Arqueologia peninsular*.
- GAMITO, T.** (1994) - Polícia Judiciária. *Informação Arqueológica*. Lisboa: IPPAR, 9, p 115 – 17.
- GAMITO, T.** (1997) - Ipses (Vila Velha, Alvor). In *O Algarve: Noventa séculos entre a serra e o mar*. Lisboa: IPPAR, p. 257 – 263.
- GOMES, M. V.** (1993) - O estabelecimento fenício-púnico do Cerro da Rocha Branca (Silves). *Estudos Orientais*. Lisboa: Universidade Nova, 4, p 73 – 107.
- GOMES, M. V., GOMES, R. V., BEIRÃO, C.** (1986) - O Cerro da Rocha Branca (Silves) - Resultados preliminares de três campanhas de escavações. In *Actas do 4º Congresso do Algarve*. Silves: Raca Club, p. 77 – 83.
- GONÇALVES, V. S., ARRUDA A. M. e CALADO, M.** (2003) - Novos contributos para a arqueologia do Algarve Oriental. *Ophiussa*. Lisboa, 0, p. 161–180.
- MAIA, M.** (2000) - Tavira fenícia: o território a Ocidente do Guadiana, nos inícios do I milénio a.C.. In *Fenícios y territorio*. Alicante: Universidad, p. 121 – 150.
- MAIA, M.** (2003) - Fenícios em Tavira. In *Tavira: território e poder*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p 57-72.

MAIA, M. (2006) - Tavira turdetana porto do «círculo do estreito» nos finais do século V a.C. In *Actas de Conferencia Internacional: Historia de la pesca en el ámbito del Estrecho*. Puerto de Santa Maria. Cádiz: Junta da Andalucía.

MAIA, M. e SILVA L. F. (2000) - *Carta arqueológica da Freguesia do Cachopo (Tavira)*. Tavira: Câmara Municipal.

OLIVEIRA, C. P. (2006) - *A cerâmica manual do Castelo de Castro Marim (século IX a III a.n.e)*. Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à faculdade Letras da Universidade de Lisboa. 2 volumes. Edição policopiada.

ROCHA, A. S. (1895) - Notícia de algumas estações romanas e arabes do Algarve. *O Archeologo Português*. Lisboa: Imprensa Nacional, I, p. 93 a p. 212.

RUFET TOMICO, P. (2002) - *El Final de Tartessos y el periodo Turdetano en Huelva*. Huelva Arqueológica 17. Huelva: Diputación Provincial.

RUIZ MATA, D. e PÉREZ, C. J. (1995) - *El poblado fenicio del Castillo de Doña Blanca (El Puerto de Santa Maria, Cádiz)*. Puerto de Santa Maria: Ayuntamiento.

SANTOS, M. L. E. V. A. (1971) - *Arqueologia Romana do Algarve (subsídios)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 2 vol.

SOUSA, E. (2005) - *A cerâmica de "tipo Kuass" do Castelo de Castro Marim e de Faro*. Dissertação de mestrado em Pré-História e Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 volumes. Edição policopiada.

TORRES ORTIZ (2001) - Los fenícios en el Sudoeste de la Península Ibérica. La colonización Fenicia de Occidente. Estado de la investigación en los inicios del siglo XXI. In *Actas de las XVI Jornadas de Arqueología fenicio-púnica*. Ibiza, p. 49 - 68.

VEIGA, S. P. M. E (1891) - *Antiguidades Monumentaes do Algarve*. IV. Lisboa: Imprensa Nacional.

VEIGA, E. da (1910) - *Antiguidades Monumentaes do Algarve*. *O Archeologo Português*. Lisboa: Imprensa Nacional, 15, p. 211 - 233.

VIANA, A., FORMOSINHO, J. e FERREIRA, O. V. (1952) - Alguns objectos inéditos do Museu Regional de Lagos. Monte Molião. *Revista de Guimarães*. Guimarães, 62: 1-2, p. 133 - 142.